

HABEAS CORPUS Nº 542.053 - SP (2019/0321309-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : CARLOS ALEXANDRE GONCALVES
ADVOGADO : CARLOS ALEXANDRE GONÇALVES - SP380435
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS VENICIO DA SILVA E COSTA JUNIOR (PRESO)
OUTRO NOME : MARCOS VENICIO DA COSTA E SILVA JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **MARCOS VENICIO DA SILVA E COSTA JUNIOR**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta Corte, a defesa argumenta ser ilegal a entrada das autoridades policiais na residência do paciente sem mandado de busca e apreensão.

Destaca, também, ausência de fundamento válido para a prisão cautelar, indicando que a soltura do paciente em nada prejudicará o andamento do processo.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

Liminar indeferida (e-STJ fls. 44-45).

Informações prestadas pelo Tribunal impetrado (e-STJ fls. 49-53).

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Nesse contexto, passo ao exame das alegações trazidas pela impetrante a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

De início, quanto à alegada violação domiciliar, tem-se que o art. 5º, XI, da Constituição Federal, conquanto consagre a regra da inviolabilidade de domicílio, admite o ingresso forçado, sem mandado judicial e a qualquer horário, ante a excepcional situação de flagrante delito, a qual, inclusive, protraí-se no tempo em caso de crime permanente, como o tráfico de drogas.

Nesse contexto, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 603.616/RO, firmou entendimento no sentido de que "a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas *a posteriori*, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados" (Rel. Ministro GILMAR MENDES, julgado em 5/11/2015, DJe de 10/5/2016).

Assim, restou assentado que o ingresso em domicílio, independentemente de

consentimento, é legítimo quando justificado pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem ocorrer, no interior da residência, situação de flagrante delito.

No caso em exame, observa-se a ocorrência de justa causa para a adoção da medida de busca domiciliar, pois, conforme consta do acórdão impugnado "[...] policiais civis tomaram conhecimento, por intermédio de um procedimento de investigação, de que, no endereço acima indicado, um indivíduo de prenome MARCOS e alcunha 'MK' guardava certa quantidade de cocaína na casa. Diante da notícia, os agentes públicos compareceram ao local e chamaram pelo morador do imóvel". Após a entrada no imóvel, os policiais detiveram o paciente tentando pular o muro para fugir, tendo sido encontrada em sua mochila 2.631,5 gramas de cocaína. (e-STJ, fls. 16-17)

Com efeito, tais circunstâncias indicam motivo idôneo para o ingresso forçado na residência do paciente.

Quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva, melhor sorte não assiste à defesa.

A custódia cautelar foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"...No caso em tela, o autuado foi detido em flagrante quando, supostamente, praticava tráfico de entorpecentes, situação que evidencia o seu envolvimento com atividades criminosas, sendo, portanto, ineficaz a aplicação de qualquer outra medida que não a prisão preventiva. A materialidade do delito ficou evidenciada pelo auto de prisão em flagrante de fls. 02, pelo boletim de ocorrência de Jls. 16/20, pelo auto de exibição e apreensão de Jls. 21/23, pelo laudo de constatação provisória de fls. 25/28, bem como pelos depoimentos de fls. 03 e 04. Há indícios de autoria. Consta do caderno investigativo que policiais civis, no desenrolar de investigação que apurava a prática de tráfico de drogas na Vila da Prata, foram até o local indicado e lá abordaram Marcos Venicio da Silva e Costa Júnior, que tentava fugir do local. Disseram os policiais que Marcos foi detido no terreno baldio ao lado de sua residência, quando tentava fugir do local. Ainda, relataram que dentro da residência foram localizadas grande quantidade de drogas, duas balanças de precisão, dois rolos de embalagens plásticas destinadas a acondicionamento das drogas e a quantia de RS 630,00. Destaco que os policiais confirmaram que Marcos, ao ser indagado, admitiu ser o responsável pela distribuição de drogas na região. No caso em tela, a decretação da prisão preventiva do autuado é medida absolutamente necessária, sendo o único meio cabível para se resguardar a ordem pública, evitando-se que ele reitere na atividade criminosa. Destaco, ainda, que a sua prisão é necessária para assegurar a aplicação da lei penal, pois, conforme se verifica dos depoimentos de fls. 03 e 04, o autuado foi detido quando tentava fugir do local, demonstrando não ter qualquer intuito de colaborar com a instrução dos autos. Ressalto que o autuado é pessoa com periculosidade acentuada, evidenciada à luz dos dados extraídos dos autos. Com efeito, em sua residência foi apreendida grande quantidade de drogas - 2.631,5g de cocaína -, além de haver forte suspeita de que ele seria o distribuidor de drogas da região, conforme depoimentos de fls. 03/04. No mais, as alegações defensivas envolvem o próprio mérito da demanda penal, havendo a necessidade

de dilação probatória para comprovação dos fatos por ele alegados, não sendo esta a sede natural para tal análise. Como se vê, estão presentes todos os requisitos exigidos pelo artigo 311 e seguintes do Código de Processo Penal. Sendo assim, a fim de que seja garantida a ordem pública e tendo em vista a conveniência da instrução processual, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA de MARCOS VENICIO DA SILVA E COSTA JÚNIOR, uma vez que estão presentes todos os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal..." (e-STJ, fl. 51-52)

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, segundo se infere, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta da conduta delitiva, pois foi encontrado na residência do paciente 2.631,5 gramas de cocaína, havendo forte suspeita de que ele seja o responsável pela distribuição de drogas na região.

Esta Corte, inclusive, possui entendimento reiterado de que a quantidade e a diversidade dos entorpecentes encontrados com agente, quando evidenciarem a maior reprovabilidade do fato, podem servir de fundamento para a prisão preventiva.

A propósito:

"[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaína', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

[...]

Habeas corpus não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da

não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, evidenciada pela quantidade e natureza da droga apreendida (170 invólucros plásticos, contendo cocaína, pesando 68,1 g e 20 invólucros plásticos contendo maconha, pesando 40,5 g), aliada às circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favoráveis ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada."

(HC 425.704/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator